

Efeitos da Pandemia COVID – 19 na Educação Básica: Desafios e Perspectivas para o século XXI

Denise Regina da Costa Aguiar

Professora Doutora, Universidade Brasil, Brasil

costaag@uol.com.br

Paulo Eduardo Alves Camargo-Cruz

Doutorando em Saúde Coletiva, FMUSP, Brasil

negresse@usp.br

Flávia Grecco Resende

Professora Mestre, Universidade Brasil

flavia.resende@ub.edu.br

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi analisar estudos publicados, no ano de 2020, relacionados ao tema da pandemia COVID-19, suas implicações e evidenciar os desafios e perspectivas para repensar a educação básica, no Brasil, no período pós-pandemia. Para isso, utilizou-se a abordagem metodológica qualitativa, com revisão da literatura a partir de artigos científicos e ensaios publicados em revistas indexadas na base de dados *Scielo*. A análise do conteúdo selecionado fundamentou-se em Bardin (2011), a fim de identificar nos artigos selecionados a presença de características que corroboraram na construção desse estudo. Pode-se concluir que a retomada do ensino presencial no período pós-pandemia, precisa ser planejado, avaliado, monitorado e redirecionado continuamente, realizado com muita seriedade e compromisso com o processo ensino-aprendizagem e com o direito a uma educação com qualidade para todas as crianças e jovens, até que efetivamente se supere o quadro de fracasso escolar e a exclusão educativa e social existentes na escola contemporânea, grande desafio para o século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Direito a Educação. Humanização. Aprendizagem.

1. Introdução

Na década de 1980, em um momento histórico em que o Estado Brasileiro rompe com um regime de exceção, para consolidar o processo de redemocratização do País, pela concretização de um Estado Democrático de Direitos, foi promulgada a Constituição Federal de 1988.

A Constituição Brasileira expressa em seu texto legal, no artigo 6º, a garantia dos direitos sociais.

Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Em específico, na questão do direito subjetivo à educação e do dever do Estado, a Constituição Federal em seu artigo 205 estabeleceu que:

Art.205: A educação, **direito de todos e dever do Estado** e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para a garantia do direito à educação, a Constituição Federal, no artigo 206, estabelece que todos os sistemas de ensino ao elaborarem suas propostas de políticas públicas deverão contemplar os princípios básicos para o ensino de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, e garantia de padrão de qualidade.

Pode-se evidenciar, nas últimas décadas, propostas de políticas públicas, nos âmbitos estaduais e municipais, com objetivo de garantir a universalização da educação, ou seja, o acesso e a permanência de crianças e jovens, dos 4 aos 17 anos, por meio da efetivação de uma escola com qualidade.

No entanto, no início do ano de 2020, o mundo é abruptamente surpreendido com uma pandemia da doença COVID-19, causada pelo coronavírus, denominado, SARS-CoV-2, que culminou em uma crise sanitária, da saúde, econômica, social, educacional, uma situação inédita, vivida até hoje, o que motivou o fechamento de escolas, a suspensão do ensino presencial, e a substituição do mesmo por ensinamentos emergenciais, remoto ou híbrido.

Com isso, observa-se uma imensa desigualdade social e educativa, grande desafio inédito para a Educação Básica, para políticas públicas, para gestores, educadores, pais, comunidade educativa, com desigualdade no acesso aos recursos tecnológicos, limitações no acesso ao conhecimento, um processo educativo e epistemológico construído, hoje, fora do espaço escolar, que não atinge a todos, sobretudo os educandos das camadas populares.

2. Objetivo

A presente pesquisa tem por objetivo analisar estudos publicados, no ano de 2020, relacionados ao tema da pandemia COVID-19, suas implicações e evidenciar os desafios e perspectivas para repensar a educação básica, no Brasil, no período pós-pandemia.

3. Metodologia

Para esse estudo, utilizou-se a abordagem metodológica qualitativa, com revisão da literatura a partir de artigos científicos e ensaios publicados em revistas indexadas na base de dados Scielo. A análise do conteúdo selecionado fundamentou-se em Bardin (2011), a fim de identificar, nos artigos selecionados, a presença de características que corroboraram na construção desse estudo.

Realizou-se a pesquisa na base de dados *scielo* com os seguintes indexadores combinados de diferentes formas: Educação, pandemia, Educação básica, covid19, ensino remoto, Aprendizagem, defasagem. Dessas buscas surgiram 79 publicações entre artigos e ensaios. Após análise dos achados, selecionou-se 5 artigos que, inicialmente, apresentaram relação com a proposta de escrita para este estudo. Todos os artigos selecionados foram publicados no ano de 2020, o tempo amostral limita-se diante da temática advinda da pandemia ocorrida no mesmo ano em que as produções em torno do tema se intensificaram. No quadro a seguir estão organizados os artigos selecionados para análise.

Quadro 1: Estudos correlatos: Efeitos da Pandemia na Educação

Ano	Título da publicação	Autores
2020	Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia	CHARCZUK, SB
2020	Educar para um futuro mais sustentável e inclusivo	COSTIN, C
2020	Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia	GATTI, BA
2020	Mais uma Lição: sindemia covídica e educação	VEIGA-NETO, A
2020	A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências	OLIVEIRA, JBA; GOMES, M; BARCELLOS, T

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021

4. Resultados

O primeiro artigo aqui analisado, de Charczuk (2020), tem foco na relação entre a docência e a apropriação do conhecimento e impõe a pergunta: como ensinar, remotamente, em tempos de pandemia? O objetivo do artigo foi o de “[...] propor a exposição e o debate de

elementos que nos permitam pensar [...] as possibilidades de encontro entre professor, aluno e conhecimento em um contexto diverso da sala de aula.” (CHARCZUK, 2020, p.3). Para sustentar sua tese, Charczuk demonstra que o ensino remoto (e a educação a distância) possuem características que os diferenciam, no entanto os aproximam na crítica: a dificuldade de interação. Seu trabalho possui uma linha com fundamentos na psicanálise, pois paralelamente, a autora indica possibilidades - em contraposição à sua ideia inicial - de que estes modelos de ensino possam agir na transferência de conhecimento, a partir de seu aprimoramento. Em um primeiro ponto, a autora ressalta que a opção pela adoção de recursos remotos para a continuidade do ensino ocasionou críticas e resistência dos grupos (familiares, alunos e professores) envolvidos pois havia dois problemas muito claros: “[...] a falta de acesso aos recursos necessários para o acompanhamento de aulas remotas (...) e a contraposição entre ensino presencial e educação a distância (...) e a pretensa qualidade daquele em detrimento destes.” (CHARCZUK, 2020, p.2). Observa-se a dicotomia (falsa) proposta pela autora: ensinar remotamente ou não? Sua explicação no artigo demonstra que não há um ou outro meio, melhor ou pior, mas sim, um modelo teórico-conceitual por trás, que sustenta os diversos modelos de ensino - que por sua vez, podem ser mais ou menos efetivos. Ao articular tais modelos teóricos-conceituais com os modos de ensino, a opção da autora recai sobre uma ênfase Freud-laciana, que possui o melhor instrumental para, no contexto de ensino remoto, subsidiar a “[...] proposição de um ensino que reconheça professor e aluno como sujeitos, tanto do processo de ensinar quanto do processo de aprender.” (CHARCZUK, 2020, p.7). Utilizando-se de relatos fornecidos por professores, pais e alunos, Charczuk compõe um panorama detalhado de como a docência na pandemia foi alterada e afetada, necessitando, claramente, de um novo suporte teórico. Também, a partir da análise dos relatos, Charczuk propõe uma rediscussão das interações aluno-professor e pais-professores, traduzindo as cenas e relatos recolhidos e analisando pelo prisma da psicanálise. O que fica desta análise é o questionamento de como “[...] constituir e sustentar uma relação entre professor, aluno e conhecimento no contexto de distanciamento social.” (CHARCZUK, 2020, p.12).

A autora aponta no sentido de uma educação para além da pandemia, parafraseando István Mészáros, que dizia ser o ofício da educação como o de uma “[...] transformação social, ampla e emancipadora.” (MÉSZÁROS, 2008, p.39), e direciona para uma avaliação do período pelo qual a educação passa indicando a necessidade de reflexão em “[...] um tempo a posteriori será necessário para a elaboração dessa experiência que vivemos no presente e que tanto nos desacomoda, tencionando modos clássicos de pensar o ensinar e o aprender [...]” (CHARCZUK, 2020, p.16). Na conclusão de seu trabalho, a autora demonstra que apesar da perda do “laço” entre professores e alunos, causados pela pandemia, o ensino remoto tem sustentado a educação (ainda que com seus limites), demonstra também que a questão da interação é algo precioso, que demanda uma atenção especial na experiência com o ensino remoto neste período pandêmico. As singularidades do ensino remoto para alunos pequenos, da educação infantil e do ensino médio, por exemplo, demonstram como a interação pode fazer mais (no caso dos alunos mais novos) ou menos falta (no caso dos mais maduros). A complexidade do momento da pandemia é considerada, pela autora, como desafio visando uma educação inclusiva, assim como, a abordagem psicanalítica pode prover os docentes de instrumentos aprimoradores de seu ofício neste período tão crítico em que a COVID-19 nos colocou.

O segundo trabalho analisado neste artigo é o de Cláudia Costin (2020), que parte de uma constatação: a pandemia atingiu o Brasil nos planos sanitário, econômico, institucional e educacional, porém, neste último, ela foi particularmente maquiavélica: desnudou uma desigualdade social/educacional que, mesmo conhecida, não se sabia o quão profunda era, trouxe concomitantemente as diferenças entre classes sociais, professores, acesso à tecnologias, visões do que a escola representa - que se demonstraram diametralmente opostas, quando

explicitadas as diferenças socioeconômicas entre os alunos - e prejuízos socioemocionais de várias ordens. O artigo, que se propõe a ser uma reflexão, foi produzido no 4º trimestre de 2020, quando os efeitos da pandemia já estavam altamente acelerados e de impacto amplo, em várias escalas da sociedade brasileira. Partindo deste cenário, a autora delinea pontos de uma agenda - Agenda Educacional Sustentável - atendo-se a dois pontos no seu artigo: dotar as novas gerações de competências para um novo período no pós-pandemia e semear valores, por meio da educação, para a sustentabilidade do planeta. Os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) estão voltados para que em 2030 se atinjam metas que permitam um futuro melhor para as gerações vindouras. Entre estas se inclui a educação inclusiva, equitativa e de qualidade assegurando a aquisição de competências necessárias para uma inserção em um mundo pautado nos ODS, um mundo perpassado pela maior catástrofe desde a 2ª grande guerra. Costin (2000) trabalha com duas hipóteses de análise, no campo da educação: “[...] a) como será e como deveria ser a educação daqui a 25 anos, e b) como preparar os alunos para a realidade que viverão daqui a 25 anos.” (COSTIN, 2020, p.45). Seu conjunto de ideias abarca a concepção de que a COVID-19 é um *turning point* educacional, pois serve como aceleradora de decisões e impulsionadora de tecnologias educacionais como base para uma revolução nos indicadores.

Costin (2020) alerta para a necessidade de alterações curriculares visando a inserção dos alunos nesta nova era, em que antigas competências serão substituídas e as demandas que surgirem exigirão “[...] autonomia, empregabilidade ou empreendedorismo e cidadania global para enfrentar alguns riscos associados a um eventual crescimento de desigualdades sociais, como o fortalecimento de governos populistas e autoritários.” (COSTIN, 2020, p.47). Partindo deste pressuposto, a autora lista algumas características que a Agenda Educacional Sustentável deve ter, como o foco na resolução colaborativa e criativa de problemas, o fortalecimento do pensamento crítico, a formação de crianças e adolescentes para a cidadania global. A valorização da carreira docente é um ponto de destaque na argumentação de Costin, pois há a compreensão por parte da autora de que este ponto é sensivelmente ligado à melhora dos indicadores educacionais no país.

Costin (2020), em sua conclusão, avalia que esta agenda educacional pode ser implantada com agilidade, devido principalmente, à alguns aspectos já estarem em andamento nos diversos segmentos educacionais (municipais, estaduais e federais) possibilitando a replicação destas práticas bem-sucedidas em outros locais.

O artigo de Bernadete Gatti (2020), aborda de forma geral particularidade da gestão educacional no que tange aos distanciamentos físicos ocasionados pela COVID-19 e suas implicações na educação. A autora reflete sobre as possibilidades e limites no tocante às alternativas para sanar dificuldades tanto dos aspectos pedagógicos quanto das relações interpessoais. Gatti aponta a necessidade em reconfigurar as relações da gestão pública e privada no tocante à diminuição de desigualdades, bem como uma educação para as gerações futuras alicerçadas na equidade e de bem-estar social “[...] encontram-se nas relações entre a preservação da vida e as necessidades sociais tão preciosas a nós humanos, seres gregários que somos, bem como as dificuldades relativas ao trabalho, à economia e à sustentabilidade das instituições [...]” (GATTI, 2020, p.30). Diante da diversidade das oportunidades no acesso ao ensino remoto somados ao apoio, ou não, de familiares na mediação dos conteúdos curriculares, aponta-se para um cenário traumático na educação:

Tanto a educação básica como a superior, por meio de suas escolas e instituições, públicas ou privadas, se inserem nesse movimento e nessa situação pandêmica, e não estão isentas dos conflitos, das disputas de poder, de interesses diversos e do jogo econômico, no bojo, também, das desigualdades institucionais e entre redes de

ensino. (GATTI, 2020, p.30).

O recorte selecionado por Gatti (2020) refere-se às especificidades da educação básica e as escolhas das gestões municipais e estaduais, baseadas nas orientações e protocolos das autoridades da saúde, para o período pandêmico em que houve a necessidade de adoção do ensino remoto:

Secretarias de educação, municipais e estaduais, conselhos estaduais e municipais também elaboraram orientações para esse período emergencial em articulação com as respectivas secretarias de educação no que respeita a calendário, educação em modalidade remota e currículos. (GATTI, 2020, p.31).

A pesquisadora afirma que “[...] houve muita disparidade entre estados e municípios nas tomadas de decisões políticas relativas à saúde pública, com certo desencontro de ações, o que não deixou de causar agravantes para a situação geral social e educacional [...]” (Gatti, 2020, p.31). Tal afirmativa reflete a desarticulação em prol de uma política emergencial para atendimentos das necessidades educativas de estudantes da educação básica.

A autora busca aproximar as realidades sociais, a condição de professores e gestores, bem como os aspectos curriculares, no período de ensino remoto que impôs uma nova dinâmica nos processos de ensino aprendizagem. Ressalta a diferença entre estudantes [...] com boas condições, com acesso à internet, com os suportes necessários (computador, tablet ou celulares) [...]” (GATTI, 2020, p.32) em comparação à aqueles que “[...] não dispo de dessas facilidades, ou dispo de com restrições (por exemplo, não dispo de rede de internet ou de computador ou outro suporte, posse de celulares pré-pagos com pouco acesso a redes; um só celular na família etc.) [...]” (GATTI, 2020, p.32) têm oportunidades de aprendizagens muito distintas. Porém o cenário mais crítico compreende [...] aqueles sem condição alguma para uso dos suportes tecnológicos escolhidos para suprir o modo presencial [...]” (GATTI, 2020, p.32).

Gatti (2020) aponta à necessidade de relacionar aspectos socioemocionais envolvidos no processo de isolamento e no retorno presencial nas escolas, considerando às necessidades de aprendizagem de estudantes com e sem acesso às ferramentas tecnológicas. Em relação a metodologias de ensino, evidencia a necessidade de “[...] formação dos docentes para trabalho de educação escolar em modo remoto e para uso de mídias [...]” (Gatti, 2020, p.32).

Diante da realidade educacional para os próximos anos, onde, o ensino híbrido estará presente na escola, a autora sugere o “[...] desenvolvimento de formas de envolvimento ativo dos estudantes, desenvolvimento de atividades compartilhadas, e mesmo a avaliação do desempenho dos alunos. [...]” (Gatti, 2020, p.32).

A autora também afirma que “[...] O retorno às escolas será importante uma vez que aspectos de sociabilidade humana e condições de aprendizagem de crianças e adolescentes devem ser considerados. [...]” (Gatti, 2020, p.33). Esse processo de transição para o retorno às aulas presenciais, segundo Gatti (2020), necessita de uma “[...] abertura para trocas, conversas, sobre como se sentiram com as novas ações que lhes foram exigidas no período de isolamento [...]” (GATTI, 2020, p.35).

Nesse acolhimento para o retorno das atividades presenciais, Gatti considera importante a “[...] criação de ambiente de serenidade entre os educadores em relação aos ajustes físicos, infra estruturais, curriculares e para a recepção [...]” (GATTI, 2020, p. 35) dos estudantes da educação básica. A autora atenta a necessidade de considerar “[...] diferenças de desenvolvimento biopsicossociais entre eles e as diferentes oportunidades que tiveram de estudo ou não, de terem tido apoios ou não. [...]” (GATTI, 2020, p.35).

A autora conclui que para retomar as aulas presenciais há a necessidade de “[...] criar condições coletivas para construir e assumir novas formas de pensar e de agir no que se refere às funções e ao trabalho escolar [...]” (GATTI, 2020, p.38). Repensar os tempos e espaços de aula “[...] criar alternativas para aprendizagens em coparticipação, e construir dinâmicas curriculares com o essencial dos conhecimentos importantes para a sociedade contemporânea ponderados por uma visão de futuro. [...]” (GATTI, 2020, p. 38).

Para que a nova escola aconteça, no pós-pandemia, equipe gestora, corpo docente e comunidade escolar deverão repensar, a partir da formação contínua, formas de atuação em prol da recuperação, não só das aprendizagens, mas também das relações interpessoais.

O artigo de Alfredo Veiga-Neto (VEIGA-NETO, 2020) aborda a perspectiva da pandemia de COVID-19 sob um aspecto de enxergar este fenômeno epidemiológico como uma sindemia (termo cunhado pelo pesquisador do ramo da antropologia médica, Merrill Singer), que se concentra em explicar, a partir de um modelo biossocial, como doenças interativas e fatores sociais e ambientais podem potencializar os efeitos negativos das doenças.

O foco do artigo foi o desdobramento das crises geradas pela pandemia em uma conjuntura socioeconômica difícil aliada às deficiências da educação no Brasil. Esta situação, incrementada por um período político dominado pela necropolítica, na acepção de Achille Mbembe, podem gerar, na opinião do autor, caminhos para alterações curriculares, ainda que sutis, que permitam um melhor enfrentamento às condições sociopolíticas postas no Brasil impactado por governos negacionistas e uma pandemia em que não se encontra o ponto final.

A fundamentação inicial do trabalho de Veiga-Neto, tomada de Hannah Arendt, indica que há oportunidade para criar onde a crise impera. Desenvolvendo este mote, Veiga-Neto explora as variáveis que a “[...] complicada atmosfera social, política e discursiva que hoje nos envolve” (VEIGA-NETO, 2020, p.2) onde o que vigora é a desqualificação e desconstrução das bases (ainda que frágeis) onde está assentada a educação brasileira.

Na primeira seção do artigo, em que o autor se propõe a fazer um diagnóstico da crise pandêmica, há a necessária conceituação vocabular, entendida pelo autor como uma etapa precursora, enveredando por definições que auxiliam na compreensão do sentido do trabalho. Há, aqui a explicação da ideia da sindemia e de como esta se imbrica no artigo. Para a compreensão de como uma parte da sociedade brasileira vê hoje a pandemia, Veiga-Neto usa a ideia do caleidoscópio, que muda sua percepção conforme o observador o movimenta. Ressalta o autor que a dificuldade de percepção dos fenômenos óticos envolvidos no caleidoscópio é muito similar à negação ou a não compreensão do estado pandêmico em que hoje vivemos.

No avanço de seu trabalho, em sua segunda seção, Veiga-Neto aprofunda a análise dos conceitos em que parte da sociedade brasileira (mais sintonizada ao atual governo) utiliza para explicar sua defesa de ideias ligadas a pandemia, à saber: “[...] o negacionismo, terraplanismo, conspiracionismo, fundamentalismo, anticientificismo, tribalismo e o refratarismo.” (VEIGA-NETO, 2020, p.7). Estes múltiplos conceitos, que se inter-relacionam, são os fundamentos do que o autor chama de uma “[...] rede coerente, firme, conservadora e autojustificada [...]” (VEIGA-NETO, 2020, p.8) dedicada a cimentar na sociedade a contrainformação no que se refere ao combate à pandemia.

Ao avançar na análise da sindemia covídica, Veiga-Neto expõe pontos de vista que corroboram com sua ideia central de que, em tempos excepcionais, uma análise que recorra - principalmente - a uma ótica original se faz necessária para a devida compreensão de algo tão incomum que, por sua vez, congrega fenômenos naturais e sociais (biomédicos, geográficos, climáticos, atmosféricos, populacionais, etc.) como se deu nesta sindemia de COVID-19. A sindemia, na opinião do autor, não pode ser explicada por um só aporte teórico (de novo, aqui, a ideia caleidoscópica se impõe) visto que há demasiados fatores influenciando e impulsionando esta sindemia a se multiplicar em cinco outras crises: covídica, econômica, política, ética e

estúltica (esta última - não dicionarizada, como salienta o autor - diz respeito, diretamente, a interpretações anticientíficas ou que contrariam o bom senso durante a sindemia de COVID-19). O autor adentra a terceira e última seção de seu artigo (Proposições) e materializa ideias que possam ser aproveitadas, aplicadas, maturadas, discutidas e refletidas como foco no campo da educação científica, propondo principalmente alterações nas ênfases curriculares. Ainda que o autor não serem estas as soluções definitivas, visto que “[...] a educação escolar, em nosso país, acumula uma secular tradição de desigualdades estruturais, exclusões de toda ordem, elitismo descarado, facilitação, aligeiramento e superficialidade curricular.” (VEIGA-NETO, 2020, p.11).

O ideário do autor lista suas propostas em duas dimensões: a gnosiológica e a formativa. No campo da gnosiologia, o avanço dos conteúdos (indo além do informativo, passando a ser algo articulador de repertórios, exercitando o raciocínio lógico) é a mais destacada. Por sua vez, no campo formativo, o autor salienta quatro pontos: a incorporação da ética como princípio, deve ser primordial (visando, principalmente, desenvolver a colaboração mútua e o exercício e aplicação de valores coletivos); o desenvolvimento da capacidade de escuta; a incorporação do princípio da caridade (entendido como o dever de atribuir ao outro a melhor das intenções e a melhor compreensão possível) e, como que entrelaçando estes três pontos anteriores, a governamentalidade (baseada nas ideias foucaultianas, seria o encontro entre o ato de governar-se, o governo que exerce sobre os outros e o governo que esses outros exercem sobre aquele alguém). Veiga-Neto ressalta ainda que estas “[...] proposições não são grandes novidades no campo em que os Estudos de Currículo tratam da educação científica [...]” (VEIGA-NETO, 2020, p.16), mas devido a sindemia covídica estas medidas curriculares podem ser facilitadoras para uma educação pós-COVID-19, que favoreça a luta antinegacionista e anticientífica que se estabelece no Brasil de hoje.

Outro trabalho, aqui analisado, foi o de Oliveira, Gomes e Barcellos (2020) que teve por objetivo principal examinar situações de paralisação, uso do tempo e impacto de tecnologias nos alunos durante a pandemia de covid-19. O trabalho foi estruturado a partir do exame de evidências e de suas ligações com esta situação, gerando a conclusão de que há possibilidades para diminuição do gap entre a falta do ensino presencial e uma eventual queda na qualidade da educação.

O trabalho de revisão da literatura tem como foco a temática do impacto da COVID-19 sobre a educação, baseada em evidências científicas, buscando compreender como o impacto do fechamento das escolas interferiu ou interferirá no desempenho dos alunos, no curto e no longo prazo. O artigo é dividido em quatro partes, além da introdução, à saber: 1) evidências a respeito do impacto do fechamento de escolas, por períodos mais ou menos longos; 2) o exame de intervenções potencialmente óbvias ou promissoras, mas cujas eficácias não encontram respaldo nas evidências e geram custos injustificados; 3) o exame de limitações estruturais que dificultam a implementação de medidas efetivas (com ênfase nas limitações associadas à qualidade do professor e no acesso a tecnologias) e, 4) a apresentação de evidências sobre o que poderia funcionar dentro das circunstâncias e dos recursos disponíveis no país.

O estudo abrangeu a leitura e pesquisa de 101 trabalhos que focam sobre aspectos diferentes do tema. Ressalta-se alguns pontos em cada seção do artigo que sintetizam a relevância do estudo.

No que tange ao fechamento por longos períodos - no caso, férias escolares - e sua relação com o decréscimo de conhecimento por parte dos alunos, as evidências colhidas, no geral, apontam para pequenas perdas no conhecimento dos alunos. Ao analisar, na segunda seção, intervenções que possibilitem a diminuição do *gap* educacional (com aumento de dias letivos ou implantação de jornada integral) e sua relação com custos, os autores não encontraram evidências suficientes para justificar esta hipótese. A terceira seção do artigo,

intencionava analisar as limitações estruturais, focadas no professor e nas tecnologias, e sua correlação com a qualidade do ensino, quer seja remoto ou *on line*.

A análise dos artigos apresentados leva à uma constatação, pelos autores, de que “[...] não é a disponibilidade de equipamentos e o acesso à internet que fariam diferença, mas sim, como a tecnologia é inserida no contexto escolar.” (OLIVEIRA et al., 2020, p.563). A quarta seção do artigo se dedica a analisar a potencialidade de recursos educacionais que, num período de pandemia e com as inerentes dificuldades que a educação no Brasil apresenta, podem ser melhor aplicados.

É de destaque os itens que os autores avaliam como de maior facilidade para aplicação são “[...] (a) alfabetização usando métodos fônicos, (b) leitura; (c) avaliação diagnóstica; (d) Ensino estruturado; (e) tutorias; (f) dever de casa e (g) garantia da frequência escolar.” (OLIVEIRA et al., 2020, p.565). Estes itens compõem um conjunto de estratégias que seriam promissores para o modelo de ensino que a situação pandêmica exige, por exemplo, demandando uma otimização do tempo disponível no ano letivo.

Na conclusão do artigo, os autores atentam para o fato de que as evidências revistas propõem políticas que mesmo em um momento pós-pandêmico podem ser aproveitadas e incluídas, no sentido do que Veiga-Neto também propõe no artigo anteriormente analisado.

Há, igualmente, a menção de que as respostas encontradas pelos autores não se constituem como definitivas, mas sim, como introdutórias à um debate que se fará constante na educação, com a retomada do curso da educação no Brasil. Os autores pontuam que as soluções não podem se restringir as obviedades já amplamente inseridas no cotidiano educacional, como “[...] ensino remoto, o uso de tecnologias e o aumento da carga horária” (OLIVEIRA et al., 2020, p.567), devendo avançar para atividades mais fundamentadas na literatura, com especial atenção para a realização de um diagnóstico dos discentes que possa servir como ponto de partida para a retomada gradual do ensino.

5. Conclusão

A partir das análises realizadas considera-se que a desigualdade educativa e social, presente hoje, na educação básica, precisa ser superada.

Para isso, os estudos apontam algumas condições para as propostas educativas no período pós-pandemia, sendo estas:

- Reforma do sistema de ensino, compreendida no âmbito de uma proposta de gestão pública e democrática comprometida com o direito à educação e com uma educação humanizadora.
- Estudo diagnóstico aprofundado pelos gestores da Secretaria e educadores sobre as condições dos discentes, perfil de cada turma, perfil socioeconômico, cultural e de aprendizagem, como ponto de partida para a retomada das atividades presenciais.
- Estudo aprofundado pelos gestores da Secretaria e educadores sobre as características econômicas, ambientais, socioculturais da comunidade local e da comunidade escolar.
- Movimento de reorientação curricular, com a efetiva participação de todos os educadores, discentes e comunidade educativa.
- Processo de formação contínua de educadores.
- Reuniões formativas com as famílias e comunidade.
- Processo de retomada de construção do conhecimento.

Pode-se concluir que a retomada do ensino presencial nas escolas, com segurança, no período pós-pandemia, precisa ser planejado, avaliado, monitorado e redirecionado continuamente, realizado com muita seriedade e compromisso com o processo ensino-aprendizagem e com o direito a uma educação com qualidade para todas as crianças e jovens, até que efetivamente se supere o quadro de fracasso escolar e a exclusão educativa e social existentes na escola contemporânea, grande desafio para o século XXI.

6. Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CHARCZUK, Simone B. Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.45, n.4, e109145, 2020.

MÉSZÁROS, István. A Educação para além do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

COSTIN, Claudia. Educar para um futuro mais sustentável e inclusivo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.34, n.100 pp.43-51, dez. 2020.

GATTI, Bernadete A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.34, n.100, p.29-41, dez. 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo. Mais uma Lição: sindemia covídica e educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.45, n.4, e109337, 2020.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GOMES, Matheus; BARCELLOS, Thais. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p.555-578, 2020.